

A QUESTÃO DO PLÁGIO E DA



FRAUDE NAS HUMANIDADES

A ocorrência, nos meios científicos, de plágio, fraude e outras práticas ilícitas preocupa a comunidade acadêmica brasileira e as entidades de apoio à pesquisa no país. Essa preocupação vai além do plágio e da fraude, ações graves, mas bem diferentes, envolvendo ainda expedientes como o fracionamento da produção (conhecido como técnica do salame), o requeimamento dos artigos, a falsa coautoria e a combinação de citações, entre outros. As instituições do setor precisam definir diretrizes e sanções para o controle do problema, mas estas devem ser adequadas às características das diferentes áreas, em especial no caso das humanidades.

Ivan Domingues

*Departamento de Filosofia,
Universidade Federal de Minas Gerais*

Nos últimos tempos, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vêm se ocupando do plágio e da fraude nas ciências, e certamente a comunidade acadêmica está preocupada com o tema, justificando seu reexame. Os dois ilícitos são diferentes, embora compartilhem mais de um ponto em comum, e sua adequada abordagem conceitual deve estar atenta aos contextos, bem como às especificidades das áreas.

Vou abordá-los na perspectiva das humanidades – à exceção, porém, das artes, por sua especificidade. Para dar uma base de comparação, situarei alguns casos emblemáticos ocorridos nas ciências naturais. No fim, tratarei de outras distorções preocupantes, como repetição de artigos e ‘fatiamento’ da produção. Deixarei de lado, por falta de espaço e por suas naturezas diferentes, a questão do conflito de interesses, bem como a prática de esconder os resultados negativos da pesquisa ou a falta de transparência, comum na área médica e com incidência nas ciências humanas e sociais.

Embora em princípio possa ser estendida aos tempos antigos e dar lugar a verificações e a questionamentos, a questão do plágio e da fraude em ciência, além da carga moral que sempre a acompanhou, só passou a ser tratada como questão legal ou jurídica na era moderna, em especial a partir do século 19, quando deu livre curso a um conjunto de implicações policiais e sanções econômicas. A peça jurídica que a circunscreve e disciplina as sanções é o direito de propriedade intelectual, surgido na época da Revolução Francesa.

Segundo historiadores das ciências, a fraude mais famosa de todos os tempos, desmascarada nos anos 1950, foi o ‘homem de Piltdown’, suposta descoberta do ‘elo perdido’ da evolução humana feita por Charles Dawson (1864-1916) em 1912, perto de Piltdown, no sul da Inglaterra. A ossada

>>>

apresentada por ele (batizada como *Eoanthropus dawsonii*) parecia dar a chave da família dos hominídeos: tinha o crânio do homem moderno, a mandíbula de um macaco e dentes atípicos. Parecia um achado extraordinário, e ganhou credibilidade na época, mas tudo era falso. A ossada não passava de uma montagem, e o autor um mero falsário – o que foi evidenciado 40 anos depois. A essa altura Dawson estava morto: apenas sua reputação foi atingida e seus retratos desapareceram dos museus de história natural.

Outra fraude famosa, esta no campo da física, foi a do alemão Jan Hendrik Schön, pesquisador do Laboratório da Bell e conhecido por ter publicado, em 2001, na revista científica *Nature*, um artigo revolucionário sobre um transistor feito de moléculas orgânicas, com aplicações extraordinárias em microeletrônica e medicina. Mais tarde descobriu-se que os dados tinham sido forjados e que tudo que ele tinha publicado antes era falso. O autor foi demitido da Bell em 2002 e seu título de doutorado cassado pela Universidade de Konstanz (Alemanha) em 2004.

Esses tipos de fraude são considerados sumamente graves e todos concordam que o falsário deve ser duramente punido. Além das fraudes, há outros tipos de ilícitos, como o plágio, que por sua vez também varia, e cujos exemplos notórios serão fornecidos mais adiante e neste texto. Por ora, basta mencionar a cópia de artigos, teses e dissertações. A palavra fraude vem dos termos latinos *fraus* ou *fraudis*, que significam dano feito a alguém, envolvendo astúcia ou trapaça, de que resulta algum pro-

veito para quem o pratica e engano e prejuízo em quem é objeto ou dele é vítima. Já os romanos cunharam os termos *plagiato* e *plagiarum* – no sentido original, aquele que rouba escravos ou vende uma pessoa livre como escravo –, que deram origem ao plágio, ou seja, roubo literário ou científico, aproximando-se de *compilare*, que significa alguém ‘pilhar’ alguma coisa e se apresentar como autor de obra alheia. Plágio e fraude são, portanto, ações diferentes, tendo em comum a intenção de enganar alguém ou a má-fé, junto com o objetivo de tirar algum proveito pessoal.

Diferentes fraudes Há mais de um tipo de fraude. Um deles, como no caso de Dawson e seu ‘elo perdido’, é a fabricação de uma peça para comprovar um achado. Outro está na fabricação ou na maquiagem de dados, mais comuns em vários campos do conhecimento e da ação humana. Os exemplos na área das ciências biológicas e da saúde incluem desde a alteração de resultados de pesquisa para favorecer o fabricante de um produto sob suspeita (medicamento, por exemplo), até a invenção de dados ou evidências para salvar a carreira de alguém ou confirmar uma tese e endossar uma linha argumentativa.

Exemplo excelente é o caso de Marc Hauser, famoso biólogo de Harvard, que hoje se encontra em quarentena, aguardando os resultados da investigação de um comitê, após ter sido acusado de forjar dados sobre o comportamento dos primatas. No campo das relações humanas, a



maquiagem de dados de economia é utilizada por governos e especuladores visando obter algum proveito. Na área do direito e em outras, há casos e mais casos envolvendo adulteração de documentos.

Como em outros campos, certamente haverá maquiagem de documentos e invenção de dados em diferentes áreas das humanidades. No entanto, é mais difícil encontrar exemplos espetaculares, como os da física, da medicina e da biologia. As ciências humanas e sociais são, antes de tudo, ciências interpretativas e dificilmente o dado bruto, forjado ou não, vem à tona. Resultado: nessas ciências, não é a fraude de dados que escandaliza, embora ocorra e seja condenada, mas os plágios e outras práticas, como a impostura, como bem mostrou o físico Alan Sokal, ao conseguir publicar, em 1996, um artigo deliberadamente fraudado na revista acadêmica *Social Text*, que não tinha revisão por especialistas. O caso ficou conhecido como *Sokal Hoax* – algo como o ‘embuste’, ‘paródia’ ou ‘conto do vigário’ de Sokal.

Há, no entanto, dois exemplos de fraude no terreno das humanidades que dão muito em que pensar. Um proveniente do filósofo Michel de Montaigne (1533-1592), que teria forjado um verso e atribuído sua autoria a um indígena brasileiro. Outro, um episódio rumoroso oriundo da antropologia, abarca doenças, epidemias e vacinas (sarampo), assim como o expediente de forjar dados, e teve como protagonistas o antropólogo norte-americano Napoleon Chagnon e a tribo dos ianomâmis.

Os *Ensaio*s de Montaigne, na parte dedicada aos canibais (livro I, capítulo 31), trazem uma estrofe que, segundo o filósofo, foi composta por um selvagem do Novo Mundo, mas nada deve aos melhores poetas gregos e latinos: “Cobra, fica parada, fica parada, ó cobra, para que minha irmã copie do molde de tua pintura o estilo e o lavor de um rico cordão que eu possa dar a minha amada; assim tua beleza e teu desenho sejam sempre preferidos entre todas as serpentes”. O refinamento da canção amorosa, as metáforas e a comparação da estampa da cobra com o adorno feminino sugerem que o indígena estava longe de ser um bárbaro, como reconhecia o filósofo. Os estudiosos, porém, não tardaram a ver que o verso não era do canibal, mas de Montaigne, que o atribuiu ao nativo das Américas: uma espécie de fraude, portanto.

Mas não é tudo. Cerca de 400 anos depois, no Brasil, Wally Salomão compôs um poema em que é impossível não ver, não uma nova fraude, mas um plágio da canção indígena: “Pára de ondular, agora, cobra coral: a fim de que eu copie as cores com que te adornas, a fim de que eu faça um colar para a mulher amada, a fim de que tua beleza, teu langor, tua elegância reinem sobre as cobras não corais”. O poema, publicado no livro *Tarifa de embarque* (2000), foi musicado por Caetano Veloso, sem saber que era de Montaigne – a música *Cobra coral* tem tudo a ver com os dois baianos, mas em sua origem encontramos a mão e a mente do filósofo francês.

Já o caso Chagnon envolve o antropólogo que, com James Neel, geneticista também norte-americano, conviveu com os ianomâmis na Amazônia e, em 1968, publicou o livro (de grande sucesso) *Yanomamo: the fierce people*, que os descreve como “povo feroz” e ‘mostra’ as evidências. Em 2000, o jornalista norte-americano Patrick Tierney publicou *Darkness in Eldorado*, livro impactante no qual, entre outras coisas, acusa o antropólogo de ter doado armas e fomentado os conflitos para comprovar sua hipótese de um povo belicoso. Em 2009, o cineasta brasileiro José Padilha também fez um documentário – *Secrets of the tribe* – sobre o caso.

Anos antes do documentário, a Associação Americana de Antropologia abriu investigação contra Chagnon e acolheu parte das denúncias, mas não a acusação de que ele teria espalhado a epidemia de sarampo que quase dizimou a tribo. Por fim, os aspectos éticos – ou melhor, bioéticos – do caso foram analisados pela antropóloga brasileira Débora Diniz, em artigo na revista *Bioética* (2007), no qual fala das distorções dos dados etnográficos do trabalho de Chagnon e condena suas ações ética e cientificamente. Essa não é a opinião nos Estados Unidos: além de professor emérito da Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, o antropólogo é visto no país como autoridade nos estudos daquela tribo. Em contrapartida, ele foi e continua sendo repudiado por antropólogos brasileiros e é considerado *persona non grata* pelos ianomâmis.

A questão do plágio No caso do plágio, presente em todas as áreas do conhecimento e nos diversos segmentos da cultura, cabe distinguir pelo menos dois tipos, de gravidade diferente. Um é o plágio de texto, como a cópia de dissertações e teses, facilitado hoje pela internet e tido como delito gravíssimo. Outro é o plágio de ideia, muito comum e de comprovação mais difícil. No campo da saúde e da biologia, é conhecido o caso do jordaniano Elias Alsabti, que publicou mais de 60 artigos pirateados durante seu doutorado em cancerologia na Universidade de Boston, nos anos 1960.

No campo das ciências humanas e sociais, um recente exemplo de plágio de texto com graves implicações ocorreu na London School of Economics, prestigiosa faculdade inglesa. Saif al-Islam, filho do então presidente da Líbia, Muammar Kadafi, defendeu tese de doutorado com vários trechos plagiados, mas a direção da escola resistia a tomar providências. Viu-se depois que a resistência devia-se às grandes doações do coronel-ditador à London School, aliada a interesses particulares do diretor e do orientador, contratados para prestar consultoria ao governo líbio. Após a guerra contra a Líbia, a tese foi denunciada e está sob investigação, e o diretor foi demitido.

Quanto ao plágio de ideia, é preciso considerar que os indivíduos, até o século 19, parafraseavam muito e citavam pouco. Essa situação mudou após o surgimento do

>>>

‘direito autoral’, quando a própria paráfrase passou a ser vista como disfarce para o roubo de ideia. Por isso, o plágio de ideia – mais camuflado – pode ser controvertido, além de levar a condenações injustas. É conhecida a polêmica que envolveu Isaac Newton (1643-1727) e Robert Hooke (1635-1703) em torno da descoberta da gravidade, mas quem irá negar que o talento matemático do primeiro o colocava longe das rotas do segundo? A proposição *cogito ergo sum* (penso, logo, existo), de René Descartes (1596-1650), teve os nexos do argumento formulados antes por Santo Agostinho (354-430) em *Da trindade* (existo, duvido, penso), mas a economia e a finalidade da argumentação de ambos eram diferentes – o que afasta a acusação de plágio.

Esses contraexemplos não devem nos desarmar: afinal, o plágio de ideias deve ser combatido e exige vigília constante. O sentimento moral que o acompanha é de repúdio, e não é de surpreender que a comunidade acadêmica, de tempos em tempos, se mostre indignada e contrafeita ao se ver exposta a acusações dessa natureza. É o que mostram os episódios recentes ocorridos na Universidade de São Paulo, envolvendo uma ex-reitora e um grupo de pesquisadores da Faculdade de Odontologia e Farmácia de Ribeirão Preto, e culminando na demissão de um professor, após longo e rumoroso processo.

Sanções e especificidades Além da fraude, do plágio e do chamado autoplágio, as preocupações do CNPq incluem outras práticas, como o retalhamento/fracionamento da produção, a multiplicação dos autores e a com-

binação das citações (“eu te cito, você me cita”). Nem todos atingem por igual as humanidades, e isso por mais de um motivo. A área é, por exemplo, meio avessa à multiplicação dos autores, e tem forte tradição autoral, oriunda das artes, reverenciando o gênio solitário. Quanto a arranjos e combinações, certamente existem, abarcando lealdades institucionais, de indivíduos e de grupos, mas não é especialmente preocupante.

O fracionamento da produção e o retardamento das publicações, que geram uma situação danosa para os rumos da pesquisa, são uma realidade, embora algo incipiente ou ao menos em escala menor do que nas ciências biológicas e exatas, e estão associadas a fenômeno oposto, a precipitação da publicação – essa sim comum, em especial entre pesquisadores iniciantes, que não podem perder tempo. A isso se soma o ‘requeentamento’ e a repetição de publicações, que parecem ligados ao autoplágio (termo pouco adequado, já que plágio é roubo e não faz sentido roubar de si mesmo, como ‘autoplágio’ sugere). Bastante difundidas, essas ações não são menos deletérias, exigindo pronto combate.

Entretanto, antes de qualificar os delitos e propor sanções, é preciso aquilatar o que está em jogo. Ao tipificar as infrações, grandes e pequenas, mencionei a fraude e o plágio, evidenciando que são diferentes – uma é relacionada à má-fé (falsificação ou engano) e a outra ao roubo. Já o retalhamento e a precipitação da produção, o requeentamento e a repetição, a multiplicação de autores e o arranjo das citações, a meu ver, não cabem diretamente nessas categorias: não são roubo (plágio), nem má-fé no sentido de astúcia ou trapaça em busca de algum proveito.



SOLICITAÇÃO DO CNPq

O artigo baseou-se em documento apresentado ao CNPq, atendendo solicitação do diretor da Área das Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde, Paulo Sérgio L. Beirão, que presidiu uma comissão encarregada de formular diretrizes com vistas ao combate de fraudes e outros ilícitos na área da pesquisa, bem como à correção de outras distorções do sistema. Em outubro último, fruto desse trabalho coletivo, o CNPq publicou as normas disciplinares, dando-lhes o título de *Ética e integridade na prática científica*.

Pode-se dizer que o retalhamento, a inflação dos autores e o arranjo de citações são expedientes enganadores, mas o mesmo não acontece com a precipitação, a repetição e o reaquecimento. Em todas essas ações, nem sempre o dano e a responsabilidade podem ser individualizados, assim como o reparo e a sanção – e esse ponto é decisivo, se não para a moral, ao menos para o direito. Nesses casos, cada de um de nós é enganado e iludido, mas não por conta de má-fé ou maquinação exclusiva do indivíduo, mas devido a distorções geradas por um sistema mais e mais taylorista (no sentido de “produzir mais em menos tempo”). Trata-se, portanto, de uma distorção sistêmica e de um engano generalizado, e não de roubo ou má-fé.


Ao tratar da produção e da pesquisa em humanidades, é importante considerar, antes de decidir se algo é fraudulento ou plágio, que tais ciências são de natureza essencialmente interpretativa e dialógica, caracterizadas pela retomada incessante das ideias e sua reconfiguração em outros contextos e linhas argumentativas. Esse ponto, decisivo, foi tocado antes no exemplo de Descartes e Agostinho. Apenas verificar o uso da mesma ideia ou do mesmo argumento em um autor e em outro que o sucedeu não nos autoriza a dizer que um conjunto é original e o outro cópia – ou seja, plágio.

A história da literatura abunda em exemplos. Existem três *Faustos* – do inglês Christopher Marlowe (1564-1593) e dos alemães Johann von Goethe (1749-1832) e Thomas Mann (1875-1955) – e o próprio Goethe criou duas versões. Como pretender que Goethe ou Mann agiram de má-fé? Em filosofia, há o caso de Descartes e de seus predecessores: quem se der ao trabalho verificará passagens desse filósofo tiradas de Charron e de Charron tiradas de Montaigne. Seria roubo do roubo ou má-fé elevada ao quadrado? Ou o compartilhamento e ideias e o reconhecimento de uma herança ou de certa influência? As humanidades são cheias disso...

Cabe perguntar, voltando às fraudes, ao plágio e às distorções: como entender que ocorram com tanta frequência e por que continuam a acontecer a despeito de serem combatidos de todos os lados? Segundo estudiosos do tema, uma explicação, de ordem psicológica, é o vedetismo ou a busca de evidência a todo custo. Associada a este está – acrescento eu – a vaidade, espécie de

psicopatologia que atinge o meio acadêmico e intelectual. Outra explicação, de ordem estrutural e sistêmica, é a pressão da carreira acadêmica por novas descobertas e mais publicações (o ‘publique ou pereça’). Em paralelo, está a transformação da atividade intelectual em negócio que move muito dinheiro e que precisa constantemente de novos produtos. O resultado é o fim do cientista distraído e sonhador: em seu lugar, entra o empreendedor bem-sucedido e ocupado com seus negócios da pesquisa, como Craig Venter.

O problema é que as atividades de pesquisa são, em grande parte, cinzentas, rotineiras, sujeitas a erros, e podem fracassar, sem levar a lugar algum, ao passo que a criação e a novidade são artigos raros, e as grandes descobertas capazes de revolucionar um campo de conhecimento mais raras ainda. Daí vêm a tentação, o plágio e a fraude, o fracionamento da produção de uns e a precipitação de outros, as falsas coautorias ‘convidadas’ e impostas, bem como o arranjo de citações. Daí também a necessidade de vigilância constante e de normas estritas para proteger a ciência e combater os ilícitos.

O que foi dito basta para estabelecer que as agências de apoio à pesquisa e as instituições acadêmicas precisam calibrar um conjunto de diretrizes e sanções, adequadas às culturas de áreas e às especificidades internas de cada área. Assim, fatos gravíssimos como fraudes de dados e plágios de textos, uma vez apurados, devem levar ao afastamento do pesquisador do sistema. Infrações menores, como certos tipos de plágio de ideias, muitas vezes ambíguos e de comprovação difícil, podem levar a advertência, se comprovada a intenção de enganar. Outros ilícitos podem levar a sanções mais fortes ou mais carregadas de simbolismo – até sanções financeiras. Mas não bastam as sanções e nem tudo deve ser traduzido em penalidades ou em medidas puramente negativas. É preciso formatar um conjunto de medidas positivas que corrijam as distorções do sistema e impeçam o taylorismo, favorecendo a qualidade das publicações e impedindo que o ciclo da produção seja medido apenas pelo ano civil e tomando apenas um ano como referência. 

Sugestões para leitura

ASSOCIAÇÃO MÉDICA MUNDIAL. *Declaração de Helsinki VI*, 2000 (disponível em várias páginas na internet, inclusive em português).

CASTELFRANCHI, Y. ‘Ciência, mentiras e videotape’, em *ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico* (SBPC/Labjor), 10 de novembro de 2006.

DINIZ, D. ‘Avaliação ética em pesquisa social: o caso do sangue Yanomami’, em *Revista Bioética*, v. 15, nº 2, p. 284, 2007.

NATIONAL COMMISSION FOR THE PROTECTION OF HUMAN SUBJECTS OF BIOMEDICAL AND BEHAVIORAL RESEARCH. *Ethical principles and guidelines for the protection of human subjects*. Washington, Government Printing Office, 1978.